

Ventos de Santa
Felicidade
Energias
Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S/A Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	2	Fornecedores	6	1.299	2
Partes relacionadas - outros créditos	10	5	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	10	-	-
Despesas antecipadas		<u>206</u>	<u>4</u>	Obrigações fiscais		33	-
				Obrigações trabalhistas		17	-
				Obrigações com arrendamentos	5	<u>15</u>	<u>-</u>
Total do Ativo Circulante		217	6	Total do Passivo Circulante		1.364	2
Despesas antecipadas		<u>529</u>	<u>5</u>	Obrigações com arrendamentos	5	<u>53</u>	<u>-</u>
Realizável a longo prazo		529	5	Total do Passivo Não circulante		53	-
Imobilizado	5	<u>50.167</u>	<u>24</u>	Patrimônio líquido	7		
		50.167	24	Capital social		45.518	61
				Adiantamento para futuro aumento de capital		4.260	-
				Prejuízos acumulados		<u>(282)</u>	<u>(28)</u>
Total do Ativo Não Circulante		50.696	29	Total do Patrimônio líquido		49.496	33
				Total do Passivo		1.417	2
Total do Ativo		<u>50.913</u>	<u>35</u>	Total do Passivo e Patrimônio líquido		<u>50.913</u>	<u>35</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais ou administrativas	8	<u>(251)</u>	<u>(23)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e tributos		(251)	(23)
Despesas financeiras	9	<u>(3)</u>	<u>(2)</u>
Resultado financeiro		(3)	(2)
Prejuízo do exercício		<u>(254)</u>	<u>(25)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	<u>(254)</u>	<u>(25)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(254)</u>	<u>(25)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 222

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>(3)</u>	<u>14</u>
Capital subscrito	7	100	(100)	-	-	-
Capital integralizado	7	-	60	(16)	-	44
Prejuízo do exercício		-	-	-	(25)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>101</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>(28)</u>	<u>33</u>
Capital subscrito	7	45.417	(45.417)	-	-	-
Capital integralizado	7	-	45.457	-	-	45.457
Prejuízo do exercício		-	-	-	(254)	(254)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	4.260	-	4.260
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>45.518</u>	<u>-</u>	<u>4.260</u>	<u>(282)</u>	<u>49.496</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		<u>(254)</u>	<u>(25)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Despesas antecipadas		(726)	4
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(5)	2
Fornecedores		1.297	-
Obrigações trabalhistas		17	-
Obrigações fiscais		<u>33</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		<u>362</u>	<u>(19)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	5	<u>(50.047)</u>	<u>(24)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(50.047)</u>	<u>(24)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	7	45.457	44
Arrendamentos pagos	6	(28)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	<u>4.260</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>49.689</u>	<u>44</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>4</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	2	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	6	2
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>4</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A., (“Companhia”), com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 18 de março de 2021, tem como objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do parque eólico denominado EOL Ventos de Santo Antônio 04, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Ventos de Santo Antônio 04 ; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

O empreendimento possui 67,5 MW de capacidade instalada e até o presente momento a Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

Capital Circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 1.147, parte significativa desse valor se refere a medições de obras do empreendimento, realizado em dezembro de 2023, que serão liquidadas em janeiro de 2024. O pagamento da obrigação de curto prazo, e a consequente continuidade da fase de construção do empreendimento, serão garantidos por meio de aportes de capital do acionista controlador da Companhia.

1.1 Eventos relevantes que ocorreram no exercício

Em 05 de maio de 2023 a Companhia celebrou contrato de longo prazo de compra e venda de energia com a Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A., sua acionista controladora. O contrato prevê o início do fornecimento de energia a partir de 2025 até o ano de 2045, com base na garantia física a ser gerada pelo empreendimento.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas - outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, partes relacionadas - outras contas a pagar e obrigações com arrendamentos.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas são determinadas por consultoria especializada durante o processo de unitização dos ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 8,81% ao ano (7,84% ao ano em 31 de dezembro de 2022).

Anualmente a Administração da Companhia reavalia a taxa de desconto a ser aplicada no reconhecimento de novos contratos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "obrigações com arrendamentos" no balanço patrimonial.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.11 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26):** as alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.

- (b) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40):** as alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.
- (c) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) **Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento. A companhia encontra-se em fase pré-operacional.

(ii) **Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração estabelece um montante mínimo em posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada empresa se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da Companhia estabelece o caixa mínimo a ser mantido, e todo recurso excedente deve ser, sempre que possível, aplicado em Fundos de Investimentos, seguindo as diretrizes estabelecidas na política de tesouraria da Companhia.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, com base no histórico operacional sob gestão pela Administração, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	<u>6</u>	<u>2</u>
Total	<u>6</u>	<u>2</u>

5 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Depreciação		31/12/2023	31/12/2022
		Custo	acumulada		
Imobilizado em andamento	-	50.087	-	50.087	24
Ativo de direito de uso terra	2,94 a 8,33%	95	(15)	80	-
Total		<u>50.182</u>	<u>(15)</u>	<u>50.167</u>	<u>24</u>

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2022	Adições (a)	Transferências	Depreciação	31/12/2023
Imobilizado em andamento	24	10.853	39.210	-	50.087
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	39.194	(39.194)	-	-
Ativo de direito de uso terra	-	95	-	(15)	80
Capitalização operações de arrendamento	-	16	(16)	-	-
Total	<u>24</u>	<u>50.158</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>50.167</u>

(a) Durante o exercício de 2023 a Companhia efetuou pagamentos a título de adiantamento a fornecedores de imobilizado em regime de condomínios no montante de R\$ 3.511.

Descrição	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Imobilizado em andamento	-	24	24
Total	-	24	24

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui valor em adição no montante de R\$ 111 que não teve efeito caixa, referente a reconhecimento de ativo de direito de uso da terra e capitalização de operações de arrendamento.

c. Arrendamento mercantil

Ativo de direito de uso

Descrição	31/12/2023
Saldos iniciais	-
Adição	95
Amortização	(15)
Saldos finais	80

Obrigações com arrendamentos

Descrição	31/12/2023
Saldos iniciais	-
Adição	95
Arrendamentos pagos	(28)
Juros sobre arrendamentos	1
Saldos finais	68
Circulante	15
Não circulante	53

6 Fornecedores

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de obras e serviços	1.292	-
Fornecedores diversos	7	2
Total	1.299	2

7 Patrimônio líquido

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 45.518 (R\$ 61 em 31 de dezembro 2022) e está representado por 45.517.718 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2023			31/12/2022		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Acionista						
Ventos de Santo Antônio Comerc. de Energia S.A.	100%	45.518	45.517.718	100%	61	59.718
Total	100%	45.518	45.517.718	100%	61	59.718

Aumento de capital

Em 30 de junho de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 40.135 e plenamente integralizado em moeda corrente nesta data.

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 5.282 e plenamente integralizado em moeda corrente nesta data.

Boletins de

No ano de 2023 foram realizados aportes a título de boletins de integralização referente ao saldo de 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 40.

Adiantamento para futuro aumento de capital

No ano de 2023 foram realizados aportes a título de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 4.260.

8 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Serviços - pessoa jurídica (nota 10) (a)	(246)	-
Tributos e contribuições	(5)	(1)
Despesas com escritórios	-	(1)
Compartilhamento de despesa (nota 10)	-	(7)
Despesas legais	-	(1)
Taxa de manutenção com órgão regulador	-	(10)
Seguros	-	(3)
Total	(251)	(23)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2023, R\$ 240 se refere a pagamentos de consultoria à CDV Holding S.A., conforme citado na nota 10(a).

9 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Taxas bancárias	(3)	(2)
Total	(3)	(2)

10 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritos abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	3.516	-
Partes relacionadas - outros créditos		
Outros créditos a receber com partes relacionadas	5	-
Imobilizado		
Adiantamento a fornecedores de imobilizado (nota 5.a)	3.511	
Resultado	(240)	(7)
Despesas gerais ou administrativas		
Serviços - pessoa jurídica (a)	(240)	-
Compartilhamento de despesas (a)	-	(7)

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui contrato de prestação de serviços firmado com a CDV Holding S.A., que tem a finalidade de prestação de serviços administrativos. Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía contrato de compartilhamento de despesas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e, decorrente da alteração na estrutura societária do Grupo Casa dos Ventos, houve a rescisão deste, sendo celebrado o contrato de prestação de serviços junto a CDV Holding S.A para o ano de 2023.

A Companhia é controlada em conjunto pela CDV Holding S.A. e Arcelormittal Brasil S.A. através da *joint venture* constituída a partir da Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 29 de novembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

11 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	2	2
Partes relacionadas – outros créditos	5	5	-	-
Fornecedores	(1.299)	(1.299)	(2)	(2)
Obrigações com arrendamentos	(68)	(68)	-	-
Total	(1.356)	(1.356)	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

12 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

13 Eventos subsequentes

Em 29 de fevereiro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a Companhia realizou aumento de capital social no montante de R\$ 7.471, saindo de R\$ 45.518 para R\$ 52.989, plenamente integralizado nesta data em moeda corrente.